

RECURSO ESPECIAL Nº 1.706.590 - RS (2017/0279941-0)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECORRENTE : **MICROMAZZA - PMP LTDA**
ADVOGADOS : **HAROLDO LAUFFER - RS036876**
 DANIEL EARL NELSON - RS045438
 MARCELO SILVA POLTRONIERI E OUTRO(S) - RS058395
RECORRENTE : **FAZENDA NACIONAL**
RECORRIDO : **OS MESMOS**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL DO PARTICULAR: RECURSO ESPECIAL PREJUDICADO (ART. 34, XI, DO RISTJ).

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo PARTICULAR com supedâneo no art. 105, III, "a", da Carta Constitucional, contra acórdão que restou assim ementado (e-STJ fls. 298/325):

TAXA DE UTILIZAÇÃO DO SISCOMEX. PORTARIA MF Nº 257, DE 2011. REAJUSTE DE VALORES. EXCESSO.

1. É excessivo o reajuste aplicado aos valores da taxa de utilização do SISCOMEX pela Portaria MF nº 257, de 2011, cabendo a glosa de tal excesso.
2. Em decorrência do acolhimento do pedido sucessivo, acolhe-se também o pedido de condenação da União - Fazenda Nacional à restituição, em espécie ou via compensação com quaisquer tributos administrados pela RFB, dos valores indevidamente recolhidos nos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação, corrigidos pela taxa SELIC.

Alega o PARTICULAR que houve violação ao art. 97, II, do CTN. Afirma que foi ferido o princípio da legalidade e o princípio da proporcionalidade, tendo em vista o aumento da TAXA SISCOMEX por atos infra-legais (Portaria MF nº 257/2011 e pela IN RFB nº 1.158/2011), implementada ante à delegação de poder encartada no art. 3º, § 2º, da Lei nº 9.716/98. Sustenta ser toda a majoração da TAXA SISCOMEX ilegal e não apenas o excesso por sobre a correção monetária apontado pela Corte de Origem (variação do INPC), tendo em vista a impossibilidade da própria delegação de poder em si estabelecida no art. 3º, §2º, da Lei n. 9.716/98 (e-STJ fls. 331/343).

Contrarrazões nas e-STJ fls. 425/437.

Recurso especial admitido na origem consoante e-STJ fls. 442.

Em decisão publicada em conjunto com esta apliquei o precedente REsp. n. 1.659.074/SC (Segunda Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 03.05.2018) e

Superior Tribunal de Justiça

dei provimento ao recurso especial da FAZENDA NACIONAL a fim de que os autos retornassem à Corte de Origem para exame dos termos da Nota Técnica Conjunta Cotec/Copol/Coana nº **03**/2011 (emitida em complemento à Nota Técnica nº 2), enfrentando a questão da adequação entre as informações contidas na Nota Técnica e os **custos** não só **de operação**, mas, principalmente, dos **investimentos** no Siscomex.

Sendo assim, julgo PREJUDICADO o recurso especial do PARTICULAR com fulcro no art. 34, XI do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator